# A autoria e a função-autor: De Foucault à Análise do Discurso

**Patrícia Amorim Chaves (FURG)**

***"A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências." Michael Foucault***

De acordo com Foucault, não é exatamente um traço que caracteriza o modo como se fala ou como se escreve, é sobretudo uma espécie de regra imanente, constantemente retomada, um princípio que não marca a escrita como resultado, mas a domina como prática.

Na escrita podemos especificar dois de seus grandes temas. O primeiro diz que ela é um jogo ordenado de signos que se deve menos ao seu conteúdo significativo do que à própria natureza do significante; mas também que esta regularidade da escrita está sempre a ser experimentada nos seus limites, estando ao mesmo tempo sempre em vias de ser transgredida e invertida. A escrita desdobra-se como um jogo que vai infinitamente para além de suas regras, desse modo as extravasando. Não se trata da manifestação ou da exaltação de um sujeito; é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito está sempre a desaparecer.

O segundo tema é ainda mais familiar; trata-se do parentesco da escrita com a morte, colocando em causa um tema milenar; a narrativa ou a epopéia dos gregos destinava-se a perpetuar a imortalidade do herói. Essa relação da escrita com a morte manifesta-se também no apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve.

Quanto à noção de escrita e à noção de obra, Foucault diz que elas bloqueiam a noção de autoria, já que a teoria da obra não existe e seria uma ilusão pensar em "obras completas" de um autor, pois seria tão problemático quanto pensar na individualidade desse autor. E a teoria da escrita, por outro lado, bloqueia a verificação do desaparecimento do autor enquanto unidade a ser empírico no mundo, questionando as conseqüências de falar na ausência desse autor. Ao falar no uso do nome do autor, ele diz que se trata não só de uma função de

designação, mas também funcionaria como um dedo apontado para alguém, como espécie de descrição, estabelecendo duas funções diferentes para um mesmo nome.

Foucault restringe a função-autor ao âmbito de livros e textos, e nessa visão, nem todos os discursos são providos de função-autor, podendo uma carta ter um signatário mas não autor. O autor é considerado como princípio de agrupamento da origem de suas significações, mas o princípio de autoria não vale para tudo; discursos como conversas, receitas, decretos, contratos precisam de quem os assine mas não de autores.

Para o reconhecimento dessa função seriam necessárias quatro características: sendo a primeira denominada de "apropriação", quando os textos e livros do final do século XVIII e XIX deixaram de ser atos de escrever para ganharem o direito de efetivamente autores, numa tentativa de se punir transgressores; a segunda seria a "fiabilidade" quando esses mesmos textos literários eram postos em circulação sem autoria na Idade Média, e até mesmo textos científicos só recebiam o valor da verdade se assinalados com o nome do autor, ao contrário do século XVIII quando os discursos científicos perdem sua função-autor e os literários passam a ter caráter obrigatório; a terceira que caracteriza o autor como um ser racional, como uma projeção do tratamento que dispensamos ao texto, como resultado de uma operação mais complexa, não atribuída ao discurso espontaneamente ao indivíduo; e a quarta que aborda a questão da pluralidade de "eus" assim como de várias posições-sujeito, quando ao reler e reescrever um material "inerte" se produz não apenas uma reconstrução em segunda mão, mas observa-se a repetição como uma possibilidade de criação de novos sentidos. Pfeiffer (1995:50), lembra que é confluência, na tensão do sujeito disperso que o autor funciona, movimenta-se, produzindo o efeito de unidade.

Foucault destaca também como um aspecto importante de seu texto, os "fundadores de discursividade", os quais realizam um algo a mais: a regra de formação para outros textos. Cita-se Freud e Marx. Esse está ligado ao processo de ruptura, quando a partir de um discurso

criem-se oposições e contradições. Essa instauração de discursividade vai trazer consigo outra instauração de “retorno às origens”, em oposição aos fenômenos de “redescoberta”, que permite uma retomada de uma noção já esboçada e que desapareceu em outra teoria e “reatualização”, que busca um discurso e o reinsere no domínio da generalização, da aplicação ou da transformação, campo novo para ele. Quando se faz este retorno ao texto, além de ir ao próprio texto, em sua nudez, há um regresso às lacunas ou ausências do texto. Isso favorece ao jogo perpétuo que caracteriza os retornos à instauração discursiva.

A partir da perspectiva da Análise do Discurso, de acordo com Eni (2005), o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto. Se a relação do sujeito com o texto é a dispersão, no entanto a autoria implica disciplina, organização, unidade. O autor é a representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito. A autoria é uma função do sujeito e a função-autor é uma função discursiva do sujeito, comparando-a a outras funções enunciativas, tais como locutor e enunciador. Ducrot (1984) afirma que o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói.

A própria unidade do texto é efeito discursivo, que deriva do princípio de autoria, especificando-o como necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. Em resumo, um texto pode até não ter um autor específico, mas através da função-autor sempre se imputa uma autoria (Eni Orlandi, 2005:75). Um sujeito visível é calculável, identificável, controlável. Como autor, o sujeito, ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, também se remete a sua interioridade, construindo, desse modo, sua identidade como autor. (Orlandi 2005:76)

Esse, por sua vez, tem o domínio de certos mecanismos discursivos e representa pela linguagem o seu papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz. Embora não instaure discursividade (como autor

‘original’ de Foucault), produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável.

Essa função tem seu pólo correspondente no leitor, e, sendo assim, cobra-se dele também um modo de leitura especificado, pois ele está afetado pela sua inserção no social e na história tanto quanto o autor. A assunção de autoria implica uma inserção do sujeito no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir o seu papel social, diante das instâncias institucionais, na sua relação com a linguagem. Entre outras coisas, porque a relação de interpretação é diferente nas diferentes épocas e nos diferentes modos de individualizações dos sujeitos.

**Considerações Finais**

Tanto a teoria de Michel Foucault como as idéias de Eni Orlandi são fundamentais para uma reflexão sobre a noção de autoria. Pela função-autor, o sujeito produz seu discurso, o qual será revelado, para o leitor, através de marcas lingüísticas que irão denunciar a sua presença. Dentro da análise do discurso, procura-se reconhecer esse sujeito, assujeitado. Sua ideologia, suas idéias o interpelam no momento da produção de seu discurso, e é a função-autor que explicita esse processo.

As condições de produção do discurso, bem como o contexto social em que estão inseridos autor e leitor, também fazem parte desse processo, delimitando a leitura e a interpretação do texto e do discurso. O autor, quando escreve, vai levar em conta para quem escreve, assumindo uma posição diante de um assunto. O leitor, por sua vez, interpreta e relaciona o que lê com o seu contexto histórico-social, assumindo sua própria posição, identificando-se ou não com o sujeito-autor.

Contrapondo as reflexões de Foucault com a visão de função-autor da análise do discurso, como explicaríamos então a existência de provérbios e pensamentos como “Um

caminho, se não o percorres, nunca o findarás.” e “Quem não sabe o que procura não descobre quando acha!”, de autores desconhecidos, os quais, após atravessarem séculos de existência, ainda sim se reproduzem e ganham sentidos diferentes de acordo com o contexto social em que se inscrevem. Como tratar a autoria nesses casos? Há autor, se é discurso do senso comum, do domínio de todos? Tais citações não possuem autoria determinada, um signatário, porém, se tomarmos a perspectiva discursiva sim..

**Referências Bibliográficas**


ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 6ª edição Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 1**ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 2ª edição. Lisboa: Ed. Passagens, 1982